

Em memória de Nelson Werneck Sodré: viver de pé, de olhos abertos

João Quartim de Moraes

Por que novas leis sobre a maneira como os corpos caem, quando só importam as leis sobre a arte e a maneira de cair de joelhos? (Brecht, citado em epígrafe ao capítulo sobre o “Clube Militar” em *Memórias de um soldado*.)

Nelson Werneck Sodré morreu no dia 13 de janeiro de 1999, em Itu, histórica cidade paulista a que o prendiam lembranças de velho soldado, além de sólidos laços familiares. Há quem deixe obras importantes, há quem deixe exemplos de firmeza de caráter. Sodré deixou ambos. Ninguém, mais do que ele, consagrou a existência ao estudo, patrioticamente crítico, da história social, cultural e política desse país que amou tão entranhadamente, mas que nunca pôde (como tampouco podemos) chamar de *nosso* no sentido próprio do termo. Sua obra, produzida ao longo de mais de sessenta anos de atividade intelectual, é vastíssima. Compreende cerca de cinquenta livros, além de numerosos artigos e outros escritos dispersos, alguns inéditos, que constituem um estuendo tesouro de idéias legado à inteligência progressista brasileira. Poucas interpretações marxistas do Brasil são tão importantes quanto a que nos legou. Poucas também tiveram tanta repercussão.

O caráter, mostrou-o a vida inteira, particularmente nas horas mais difíceis, que para ele começaram há meio século atrás, em 1950, quando a chapa nacionalista encabeçada pelos generais Estillac Leal e Horta Barbosa venceu por amplíssima maioria as eleições para a direção do Clube

Militar. Sodré, que a integrava, assumiu a direção do Departamento Cultural do Clube, cuja revista tornou-se a tribuna dos oficiais democratas e nacionalistas empenhados a fundo na batalha pelo desenvolvimento nacional, por uma política externa independente do império estadunidense e por reformas sociais que, se tivessem vingado, o Brasil deixaria de ser um “monumento à desigualdade social”. A direita militar, exacerbada pelos ódios da Guerra Fria, logo se articulou para aniquilar esse perigoso foco de progressismo, que ousava contestar a subordinação do Brasil ao “colosso do Norte” (fórmula reverencial dos reacionários). A história das perseguições então desatadas, que só seriam suplantadas pelo expurgo promovido pelos golpistas vitoriosos de 1964 contra seus companheiros de farda fiéis à legalidade constitucional, está reconstituída tanto em *Memórias de um soldado* quanto em *História militar do Brasil*.

Desde o início dos anos 50, portanto, Sodré, considerado, não sem razão, o principal teórico da esquerda militar, tornou-se alvo constante da animosidade de seus colegas de direita. Interrompida em 1955, quando o general Henrique Lott desarticulou o dispositivo golpista da UDN contra a posse de Juscelino Kubitschek, a perseguição recrudescer em 1960, com a vitória de Jânio Quadros sobre o general Lott, candidato nacionalista e, mais ainda, após o frustrado golpe militar de 1961 (contra a posse de João Goulart). Entrementes, sua notável

e fecunda atuação no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), tornara-o um dos intelectuais mais conhecidos e respeitados do país. Para poder prosseguir seu trabalho teórico-crítico, solicitou transferência para a reserva. Nas *Memórias de um soldado* registrou quão difícil foi, para ele, essa decisão, “que vinha amadurecendo de há muito: quatro anos de exílio na fronteira, cinco anos embalsamado... numa Circunscrição de Recrutamento... novo exílio no extremo norte... instrutor de generais e no entanto sem perspectiva nenhuma na carreira...”. “Certo”, prossegue, “o dever é resistir, incomodar, permanecer, mas eu vinha fazendo isso há praticamente quinze anos, sem resultado algum. Não era justo que militares democratas abandonassem o serviço ativo; mas há um limite além do qual o positivo se torna negativo”.¹

Nem por isso, em 1964, os golpistas dele se esqueceram: trancafiaram-no dois meses no Forte de Copacabana. Entretanto, para um homem de sua estatura moral e intelectual, os golpes desferidos por adversários ideológicos raivosos e mesquinhos, como os que sofreu no Exército, provavelmente incomodaram menos do que as críticas fáceis dos que acham que o mais forte tem sempre razão e portanto que os derrotados necessariamente estavam errados. Muitos, em tal situação, teriam ficado acabrunhados ou ressentidos. Outros, pior ainda, teriam

‘virado a casaca’. Sodrê produziu, com a lucidez, integridade e erudição de sempre, obras essenciais.

Das homenagens fúnebres que pudemos ler, as mais justas e melhores são o artigo de André Moysés Gaio, publicado no jornal *O Estado de Minas*² e as notas obituárias de Moacyr Andrade e de Wilson Figueiredo no *Jornal do Brasil*.³ Em São Paulo, persistindo *post-mortem* numa incompreensão não isenta de preconceitos, que vinha de muito tempo e se alimentava do anticomunismo bem-educado de certos meios acadêmicos, um jornalista, repetindo monotonamente as críticas superficiais à caracterização do latifúndio e do imperialismo como inimigos principais da nação brasileira, sustenta que, depois do golpe de 1964, “a teoria sobre o passado feudal do Brasil caiu em desgraça”.⁴ Escapou ao publicista que, com o golpe, não foram apenas as teses de Sodrê, mas toda a esquerda brasileira que “caiu em desgraça”.

Defender o pensamento de Sodrê contra preconceitos e caricaturas constitui um dever intelectual que evidentemente não impede, mas completa, o da objetividade crítica.⁵ Abrir polêmicas foge, entretanto, aos objetivos dessa nota obituária em que pretendemos apenas marcar-lhe nosso apreço e reconhecimento intelectual. Observaremos somente que o uso constante, em sua obra, da categoria “feudalismo” é coerente, na medida em que denota um

1. *Memórias de um soldado*. Vol II. Petrópolis, Vozes. 1988, p. 257.

2. “Honra a um revolucionário iluminado”, caderno “Pensar” de *O Estado de Minas*, 6/2/1999. No Congresso, um deputado de São Paulo, Aldo Rebelo (PCdoB) tomou a palavra, tão logo teve notícia da morte de Sodrê, para homenagear-lhe a memória em vibrante pronunciamento.

3. *Jornal do Brasil*, Caderno B, 15/1/1999.

4. *Folha de S. Paulo* de 15/1/1999.

5. Preenche esse requisito a avaliação de Sodrê contida em *Iseb, fábrica de ideologias*, de Caio Navarro de Toledo, cuja 2ª edição foi publicada pela Unicamp em 1997.

correlato objetivo perfeitamente determinado (monopólio da terra, extração pelo latifundiário de formas pré-capitalistas de renda da terra, etc.). Cabe, sem dúvida, perguntar se, a propósito do Brasil, essas relações pré-capitalistas não poderiam ser melhor denotadas do que pelo termo ‘feudalismo’. “A questão é semântica” explicava Sodré, quando interrogado criticamente a esse respeito. Principalmente da semântica da má-fé. Muitos, com efeito, para refutá-lo, contentaram-se em contrapor ao emprego análogo do termo a interpretação literal, enquanto conceito empírico extraído da sociedade medieval européia. Um dos tópicos do obituário crítico acima referido⁶ leva por título “Teórico via feudalismo no Brasil”. A fórmula não é falsa, mas está redigida sob medida para reforçar preconceitos. Quem não sabe, afinal, que entre nós não houve cavaleiros da tábua redonda, castelos e fortalezas medievais? A sugestão óbvia é de que, embora não acreditasse em bruxas, Sodré defendia teses ultrapassadas. Mais correto, mais inteligente e, sobretudo, mais útil para o pensamento social brasileiro, teria sido constatar que defendeu teses polêmicas com a tenacidade daqueles que não se impressionam com críticas fúteis nem com modismos e pedantismos.

Para Sodré, como para a maioria dos comunistas de sua geração (a grande exceção é Caio Prado), o essencial na questão do ‘feudalismo’, isto é do monopólio latifundiário da terra, era fundamentar a necessidade da reforma agrária. Não há de ser preciso insistir em que a

mobilização dos sem-terra, o mais notável e pujante movimento social brasileiro da última década, confirma o acerto da ênfase posta na luta pela terra e desmente a crítica ao PCB desenvolvida por Caio Prado em *A revolução brasileira*, que pretendia provar não ser necessária uma reforma agrária no Brasil porque não havia campesinato lutando pela terra. O que não impediu os sem-terra de lutar contra os latifundiários, enfrentando a fúria homicida da UDR e o ódio frio da “bancada ruralista” no Congresso.

De resto, não foi o uso da categoria ‘feudalismo’ e sim a tese de que a burguesia nacional, agente do desenvolvimento econômico, podia aliar-se com as forças progressistas partidárias das “reformas de base”, que foi desmentida pelos fatos. Mas imputar a Sodré, como fizeram em vida seus detratores, uma concepção dogmática e politicamente desastrosa da aliança com a burguesia nacional, é simplesmente falsificar seu pensamento. Segundo ele, a contradição entre as burguesias dos países dominados e o imperialismo “é um dado da realidade”.⁷ A base objetiva da aliança das forças populares com a burguesia nacional consistia no comum interesse pelo desenvolvimento capitalista independente da dominação estadunidense. Essa posição, claramente expressa na *História da burguesia brasileira*, longe de ser mecânica, completa o reconhecimento da dinâmica econômica objetiva pela dialética da correlação de forças: entre “o imperialismo e as forças populares...”, a

6. *Folha de S. Paulo* de 15/1/1999. A obra de Sodré, segundo o jornalista, foi “então” (com o golpe de 1964) “relegada ao esquecimento”. Tola alfinetada fúnebre! Na mesma página da *Folha de S. Paulo* (de 15/1/1999) uma nota bibliográfica de suas “principais obras” enumera trinta e oito livros publicados de 1964 em diante. Para um “esquecido” não é tão pouco assim...

7. Hoje como ontem. Mesmo os ingênuos que levaram a sério o “conceito” mediático de ‘globalização’ poderiam meditar frutiferamente sobre uma manifestação extremamente contemporânea dessa contradição, a que opõe os lucros usurários auferidos pelo capital financeiro

burguesia “prefere *sempre* conciliar com o mais forte... Na maior parte das vezes, o mais forte é o imperialismo”.⁸ Não era fatal que o “empresariado” brasileiro optasse pela condição de sócio menor do império. Valia a pena lutar para que não passasse, como passou majoritariamente em 1964, para o campo da contra-revolução. As conseqüências, continuamos a amargá-las até hoje.

Só podem divergir dessas teses sobre o imperialismo os que estão satisfeitos com a concepção do desenvolvimento “associado” ao império estadunidense, sustentada, na teoria e na prática, por F.H. Cardoso e sócios, “Menudos” políticos empenhados em transformar o Brasil num grande Porto Rico. Aos que não se resignam a essa servidão voluntária travestida de “globalização”, a obra de Sodré oferece um estupendo legado de fatos, análises e idéias críticas.

Tivemos oportunidade, mais de uma vez, de discutir com ele as causas do golpe e do fracasso da esquerda. Sua tese é de que esta já estava politicamente derrotada antes do desencadeamento da quartelada de 31 de março.⁹ Fatalismo? Certamente não. Constatação de um fato. Militarmente, uma esquadrilha da FAB teria destroçado os golpistas mineiros comandados pelo fascista impenitente Mourão Filho. Mas os oficiais da Aero-

náutica fiéis à legalidade que tentaram decolar foram presos. O mesmo ocorreu com os oficiais do Exército. Tampouco, o que é mais significativo, os dirigentes sindicais foram seguidos ao lançar a ordem de greve geral.

Resta saber como poderia ter-se conduzido a esquerda para evitar a derrota política de 1964. A resposta de Sodré não cabe numa fórmula. Persistiu, segundo nós com razão, na defesa do *programa* nacional-democrático. Reconheceu os erros do governo Goulart e da direção do PCB, criticou a inconstância dos “generais do povo” e o esquerdismo do movimento dos sargentos, que contribuíram para aumentar a sanha dos golpistas e principalmente, para aumentar-lhes o crédito junto à massa da oficialidade, sem contudo transformar uns ou outros em bodes expiatórios de uma derrota sem dúvida trágica por suas nefastas conseqüências históricas, mas expressando a correlação de forças da sociedade brasileira de então.

Preparou a própria morte com a serenidade de um sábio antigo, lutando até o fim pelas idéias e valores que lhe orientaram a vida. Se homens como ele tivessem prevalecido, o Brasil não seria esse monumento vivo da desigualdade social, nem estaria de pires na mão recebendo ordens do FMI.

‘globalizado’ e o interesse nacional. Até o presidente F. H. Cardoso, após haver acorrentado o Brasil a Wall Street e ao FMI e tomado dinheiro dos aposentados para tentar saciar a sanha dos especuladores, lembrou-se de que o interesse nacional existe, ao pedir aos detentores, em grande parte brasileiros, de reais especulativos, que parassem de comprar dólar. O ímpeto patriótico presidencial não foi, porém, de longo fôlego. Logo em seguida, entregou o Banco Central a um preposto do especulador multimilionário estadunidense G. Soros.

8. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1964, p. 381. Grifado por nós. Comentamos mais amplamente esse ponto em *História do marxismo no Brasil*. Vol. II. Campinas, Editora da Unicamp. 1995, p. 80-81 e 99, nota 32.

9. Em março de 1994 Sodré participou do seminário “O golpe de 64: trinta anos”, no IFCH/Unicamp. A síntese de sua intervenção está em *1994, Visões críticas do golpe* (Caio N. de Toledo, org., Editora da Unicamp. 1997).

Em memória de José Chasin: luta pela autenticidade humana

Livia C. A. Cotrim e Antonio Rago Filho*

“É sempre uma lástima, humanamente penosa, perder oportunidades históricas. Mas, do que tem sido feita a crônica da esquerda no Brasil? Ou é mais justo perguntar no mundo? Quando a esquerda não rasga horizontes, nem infunde esperanças, a direita ocupa o espaço e draga as perspectivas: é então que a barbárie se transforma em tragédia cotidiana”. J. Chasin

Trabalhando arduamente, José Chasin, que completaria 62 anos no dia 6 de janeiro último, faleceu a 31 de dezembro de 1998. Seu desaparecimento interrompe a trajetória de um dos mais fecundos filósofos brasileiros. Perda irreparável de uma personalidade autêntica e criativa, intelectual brilhante, com estilo inconfundível, pesquisador infatigável, cujo talento atingira a plena maturidade. Desde a juventude abraçou a causa humanista. Pautando sua vida pela perspectiva da emancipação do gênero humano, encontrada na filosofia de Karl Marx, tornou-se um *humanista radical*, na acepção marxiana da palavra: “Ser radical é tomar as coisas pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem”.

Em 1962, bacharelou-se em filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, na qual foi aluno dos professores Cruz Costa, José Arthur Giannotti, Gilles-Gaston Granger e Michel Debrun, entre outros. Ainda na década de 60, vinculou-se ao grupo de

intelectuais liderado por Caio Prado Júnior, articulado na revista *Brasiliense*, buscando aprimorar o legado positivo de nosso historiador e criticando o dogmatismo e sectarismo das facções comunistas, que ironizavam a antevisão do golpe de estado, que de fato ocorreria em 1964. Coordena uma ampla pesquisa sobre o Primeiro Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em novembro de 1961, em Belo Horizonte, MG. Por esta razão, é o único autor citado na grande obra caiopradiana *A revolução brasileira*, de 1966.

Participou ativamente na luta contra a política de privatização da educação nacional, assumindo a vice-presidência, ainda estudante, da Campanha pela Defesa da Escola Pública, ao lado de seu amigo Florestan Fernandes, então presidente. Nos inícios de 60, escreve contra a influência das posições de Karl Mannheim, mostrando as incongruências de sua sociologia do conhecimento. O golpe de estado de 1964 o alijou do ingresso na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Preto, junto com seu fiel amigo Maurício Tragtenberg.

A partir dessa época, alimentou a idéia de que a grande derrota sofrida pela esquerda em 1964 poderia abrir uma oportunidade histórica de autocrítica e de renascimento de uma nova esquerda, com uma produção teórica efetivamente revolucionária, a seu ver absolutamente necessária, já que caminhar em direção

* Professora do Departamento de Ciências Sociais da Fundação Santo André; professor do Departamento de História da PUC-SP.

ao horizonte da emancipação humana exigia uma prática racionalmente sustentada, isto é, baseada na mais rigorosa análise de realidade. Porém, percebendo a incapacidade da esquerda de realizar uma autocrítica verdadeira, agarra-se a um vetor de vida: “Manter a lucidez é um ato revolucionário”! A edificação de um *movimento de idéias* passa a ser sua grande perspectiva.

Embrenhado na luta ideológica, criou a Editora Senzala, em São Paulo, publicando, em 1967, entre outros títulos, *Existencialismo ou marxismo*, de G. Lukács. Em carta a Chasin, Lukács explicita suas restrições à edição de *História e consciência de classe*, precisamente pelas insuficiências desse escrito, argumentando que estava trabalhando em sua crítica. Batalhando pelo projeto de um autêntico renascimento do marxismo, introduz entre nós o pensamento maduro do filósofo húngaro, com ênfase especial na sua apreensão do pensamento marxiano como ontologia.

Em 1972, inicia, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, sua carreira acadêmica. Em dezembro de 1977, apresenta sua tese de doutoramento *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*, revolucionando inteiramente a análise convencional, que pelo “recurso mimético” identifica o integralismo como mera cópia do fascismo europeu. Por meio da análise imanente da totalidade dos discursos plinianos, desvendando sua gênese histórica e função social, Chasin mostrava o fenômeno do integralismo como forma reacionária, que tentava frear a expansão das forças produtivas materiais.

Em 1977 funda, juntamente com intelectuais como Nelson Werneck Sodré,

entre outros, a revista *Temas de ciências humanas*. Buscando sempre o *ser-precisamente-assim* da realidade, Chasin inicia em suas páginas o desvendamento da especificidade brasileira, cujo modo de constituição do capitalismo industrial denominou de *via colonial*. Os contornos da via colonial de objetivação capitalista, oferecidos em nível ainda abstrato já em sua tese doutoral, ganharão concretude ao longo de textos em que Chasin, sempre buscando apreender a malha causal e discernir as alternativas presentes para a perspectiva do trabalho, apanha cada situação como desdobramento de sua processualidade histórica, de um determinado modo de ser e ir sendo, de sorte que a sua avaliação exige e permite avançar na determinação concreta da via colonial. Assim, foram evidenciados diversos elementos componentes da particularidade brasileira, tais como: o caráter genético e estruturalmente autocrático do Estado, oscilando entre as formas do bonapartismo (ditadura explícita) e da autocracia burguesa institucionalizada; o *politicismo* da burguesia brasileira, e o engolfamento das oposições por essa visão e sua decorrente prática política, que toma as questões político-institucionais como determinantes; a perene contraposição entre evolução nacional e progresso social; e, determinante última dessas características, a condição incompleta e incompletável do capital constituído pela via colonial.

A análise das três últimas décadas de nossa história demonstrou a finalização do processo de constituição do capitalismo industrial brasileiro, cujo marco nacional foram as eleições de 89, realizadas no contexto da globalização e da morte da esquerda. Nas palavras de Chasin: “A presente sucessão presi-

dencial, celebrada eleitoralmente depois de 30 anos, pode estar gerando o encerramento de um patamar histórico”, resultando em que “a internacionalização econômica subordinada do país estará definitivamente imposta, de modo que todo seu perfil estrutural será basicamente outro”. (Chasin, J. “A sucessão na crise e a crise na esquerda”. *Revista Ensaio*. São Paulo, Ensaio, nº 17/18. 1989, p. 120)

Tanto nas páginas da revista *Temas* quanto nas da *Ensaio*, Chasin desenvolve a crítica do que denominou de “quadrúpede teórico”: as teorias do autoritarismo, do populismo, da dependência e da marginalidade, arcabouço conceitual de matriz liberal-democrática que vem balizando a apreensão teórica do marxismo legal desde princípios da década de 60, bem como, mais recentemente, as propostas práticas da chamada “nova esquerda”.

Demitido em fins de 1976 da Escola de Sociologia e Política, e encontrando fechadas as portas das universidades brasileiras, Chasin parte para Moçambique, a convite do governo daquele país, onde passa dois anos. Retornando ao Brasil em 1980, agora como editor da revista *Nova Escrita/Ensaio*, Chasin desenvolverá febril atividade intelectual. Instala-se em João Pessoa, exercendo a docência no mestrado da UFPB, graças aos esforços e apoio de Tragtenberg. No centenário da morte de Marx, em 83, encabeça a maior homenagem feita a ele em nosso país, inclusive com a presença do filósofo húngaro István Mészáros. Neste evento, lança a coletânea *Marx Hoje*, escrevendo o denso ensaio intitulado “Da razão do mundo ao mundo sem razão”, em que desenvolve ontologicamente a crítica da “dupla barbárie”: o capitalismo avançado e a miséria do “socialismo de acumulação”.

Como editor da Editora Ensaio, fundada em 84, Chasin desenvolve ampla atividade, centrada na revista *Ensaio* e nos *Cadernos Ensaio*, ramificada em livros das áreas de ciências humanas e literatura clássica. Publica as principais obras de I. Mészáros e divulga em nosso país os trabalhos dos neo-racionalistas franceses Luc Ferry, Alain Renaut, e o combativo *História em migalhas* de F. Dosse, entre outros. Com a inviabilização da Editora Ensaio, em 97, torna-se editor da revista *Ensaio Ad Hominem*, para cujo primeiro número, recentemente publicado, chegou a preparar o artigo de abertura: *Ad Hominem — rota e prospectiva de um projeto marxista*.

Sua atividade intelectual intensificou-se nos últimos 15 anos de sua vida, manifestando-se tanto na alta qualidade e rigor de sua produção, quanto na constituição, já na UFMG, para onde se transferiu em 1986, de uma linha de pesquisa centrada em Marx, no interior do programa de mestrado em Filosofia, da qual vêm resultando diversos trabalhos que buscam recuperar momentos e/ou temas específicos da produção marxiana.

A proposta Ensaio

Nos anos 80, Chasin instaura a *Ensaio — Movimento de Idéias*, que, mesmo com a guerra de silêncio perpetrada contra ela, trouxe uma série de contribuições significativas, particularmente o acompanhamento *pari passu* dos acontecimentos nacionais a partir do golpe de 64, passando pela auto-reforma da ditadura militar, até a eleição de FHC. Chasin criticava duramente a *politicização* dos movimentos sociais, o praticismo taticista próprio ao fenômeno do stalinismo e suas justificativas teóricas desassombradas. A proposta Ensaio congregava três vetores básicos intima-

mente articulados: a produção de um pensamento de rigor centrado na ontologia histórica de Marx, recusando a sua assimilação deformada engendrada pelo marxismo vulgar, e na crítica permanente do capital em suas objetivações materiais e espirituais; a disseminação desse conhecimento da forma mais abrangente possível e, numa orientação *metapolítica*, projetava a recomposição de um movimento prático no sentido da emancipação humana.

Descartava a barbárie do capital como a destinação histórica última do convívio social. A humanidade deveria permanentemente se interrogar sobre seu futuro: “A questão está em se indagar, diante da miséria material, que se amplia, e da miséria espiritual já universalizada, se pode ser eterno o conformismo diante do mal-estar da humanidade, do mal-estar indisfarçável de cada individualidade, do apodrecimento radical de toda individualidade, pois no processo da individualização capitalista são indissociáveis o enriquecimento e o apodrecimento da individualidade, pois sem o apodrecimento ela não subsiste no quadro vigente”. A defesa da revolução social, apesar de seu banimento no presente, *o futuro ausente*, não se limitava à defesa do proletariado como categoria social, não dizia respeito a um “simples futuro de uma classe, mas o devir do gênero humano, considerado na sua concreta configuração de infinitude de indivíduos” (Chasin, 1999, no prelo).

Retomando antiga convicção da necessidade da produção teórica, que via como a carência fundamental da história da esquerda, Chasin tracejou um consistente trabalho coletivo de produção intelectual: estudos sobre as diversas variantes do pensamento conservador brasileiro, a ideologia bonapartista de

1964, bem como sobre a redescoberta do legado ontológico de Marx, âmbito no qual se produziram os resultados mais notórios. Esta *redescoberta*, como ato de lucidez e coragem, requer, no mundo presente, o enfrentamento com a aversão pela objetividade — sintetizada no lema nietzschiano “Não existem fatos, só interpretações” — e a descrença na potencialidade do saber científico, e com a destituição do homem, o anti-humanismo inscrito nas filosofias da desconstrução e da “morte do sujeito”. O abandono do humanismo, segundo seus próprios termos, implicava no descarte da centralidade do processo de individualização social, mais propriamente, na recusa da revolução social como necessidade permanente e infinita.

A determinação ontonegativa da politicidade

O empenho em apreender Marx por Marx remonta aos anos 70, desde então pautado na compreensão do estatuto ontológico e não sistêmico da filosofia marxiana, expandindo, alargando e corrigindo a trilha apontada pioneiramente por Lukács. A exposição mais desenvolvida e sistematizada dos resultados dessa longa trajetória intelectual nos é apresentada na obra *Marx — estatuto ontológico e resolução metodológica*, na qual Chasin, além de consolidar resultados já anteriormente explicitados, avança ao desenvolver nexos fundamentais da elaboração marxiana e, sobre essa base, apontar os limites da tematização lukacsiana. Entre eles, destacamos aqui, pela sua importância crucial na atualidade, dois conjuntos temáticos intimamente relacionados: a determinação ontonegativa da politicidade em Marx e a especificidade do Leste Europeu.

Marx, na fase anterior à elaboração de seu pensamento original (fase que se estendeu até meados de 1843), adota, seguindo nisso não só o neohegelianismo como o conjunto do pensamento político até então existente, a concepção *ontopositiva* da politicidade, cujo núcleo central consiste na afirmação do Estado e da política como o demiurgo da racionalidade e da universalidade humanas, mais ainda, como o fundamento da sociedade civil.

Como é bastante conhecido, pelo depoimento do próprio Marx, foi a necessidade de resolver problemas materiais, que não encontravam resposta adequada no âmbito do idealismo ativo e do politicismo, que o levou a rever aquelas posições. Chasin mostra que foi a arma da *crítica ontológica*, voltada à objetividade, à busca das origens, da necessidade histórica, dos desdobramentos e das contradições vivas do movimento histórico-social que permitiu a Marx aflorar a verdadeira relação entre politicidade e sociabilidade. Em contraste radical com sua concepção anterior, reconhece a sociedade civil — a esfera do metabolismo social — como demiurgo real que alinha o Estado e as relações jurídicas. A partir de então, a nova posição não mais separará propriedade privada e Estado político, apreendido este último como esfera da perversão e usurpação das energias sociais, e desvendando sua inessencialidade para o desenvolvimento do gênero humano.

O *viés politicista*, cuja crítica os maiores intérpretes de Marx desconheciam, acabou por tangenciar o próprio movimento socialista, contaminado e monopolizado pelo marxismo vulgar. Este reducionismo politicista, que Marx ultrapassara ao constituir seu pensamento próprio, induziu à defesa da instauração

de um *Estado operário*, defesa imputada às análises marxianas. Nada mais falso. O ponto de chegada da posição marxiana, na verdade, como Chasin indica, é a “revolução radical” ou a “emancipação humana geral”.

Chasin recupera, pela análise iminente dos textos de Marx, a diferença essencial que o filósofo alemão descobriu entre revolução política e emancipação humana. O desconhecimento ou desconsideração dessa aquisição fundamental de Marx levou a reflexão contemporânea sobre a politicidade, o entendimento político e as formas de poder a se limitar, freqüentemente, à perspectiva do aperfeiçoamento destas formas, visando corrigir seus defeitos e, com isso, alcançar sua perfectibilidade, desconhecendo, assim, a razão das *taras sociais*, bem como a buscar suprir a suposta “lacuna de Marx”: a ausência de reflexão sobre as formas do novo poder ou do novo Estado operário.

Mas tal ausência não constitui uma lacuna. A posição marxiana, desvendando pela raiz a esfera da politicidade, esclarece sua origem e expõe seu caráter ontonegativo. Estabelecida como inessencial ao ser social, historicamente circunstancial em relação a ele, a politicidade aparece não apenas como produto da atividade sensível dos homens, mas também como resultado de formações sociais contraditórias porque assentadas num desenvolvimento humano ainda insuficiente. Nessa medida, a superação da *pré-história* da humanidade — a consecução da autodeterminação dos indivíduos livremente associados —, exigindo a superação do capital e do Estado, não poderá ocorrer por intermédio de uma revolução estritamente política; esta se encarregará somente das

tarefas destrutivas. As tarefas construtivas, sintetizadas por Marx como a recuperação humano-societária das forças sociais pervertidas e usurpadas, exigem a superação da prática política pela revolução social, ou, nas palavras de Chasin, “o salto metapolítico ao encontro resolutivo da *sociabilidade*, essência do homem e de todas as formas da prática humana”.

Chasin aprofundou a tematização acerca das transições objetivadas a partir dos elos débeis do capitalismo. Desse modo, em princípios dos anos 80 — distanciando-se também aqui das formulações lukacsianas —, desenvolve o conceito de *capital coletivo/não-social*. A crise do mundo contemporâneo, em verdade, se expressava e manifestava nos dois subsistemas do capital. De um lado, o capital superproduzido que se faz e refaz em sua lógica destrutiva, em permanente contraposição às necessidades humanas genuínas. À sua essência antropofágica, sugadora das energias humanas, junta-se outra dimensão: a autofagia do próprio capital. Isto significa que em sua dinâmica de crescimento e mundialização, continuamente a própria riqueza acumulada e seus recursos são anulados. A crise torna-se, dessa maneira, estrutural, ou seja, inscreve-se na lógica do próprio sistema do capital: “viver e sobreviver para o capital tornou-se existir *na e através da crise*”. Nesta, o complexo contraditório das finanças internacionais assume a forma de *máscara* da crise do sistema produtivo global.

Em seu ensaio “A sucessão na crise e a crise na esquerda” (1989), Chasin rejeita explicitamente as versões que identificam as formações pós-revolucionárias com os rótulos de “capitalismo de Estado”, “revolução degenerada” ou do “totali-

tarismo burocrático”. Segundo sua crítica de natureza ontológica, as formações do Leste Europeu fizeram emergir uma figura imprevista de sociabilidade regida pelo capital, porém com o descarte do capital privado, instaurada por uma revolução que se manteve nos limites da política, graças ao atraso e isolamento do país. Chasin intensifica e ilumina esta determinação, ressaltando que, na ausência dos *pressupostos práticos* (Marx), a *revolução social* torna-se inviável. “A legalidade deste ‘paradoxo’ concreto tem por núcleo, pois, a impossibilidade imanente ou barragem intrínseca do trânsito entre o estatuto organizador do capital e o estatuto organizador do trabalho”. Sem estes *pressupostos práticos*, reiterando o estatuto ontológico da emancipação humana geral, a propriedade virtual de todos os produtores livres, a *propriedade social* não se efetiva numa comunidade de indivíduos livres.

O capital, segundo a ontologia marxiana, é uma relação social historicamente produzida, onde o trabalho vivo se subordina ao trabalho morto. Por esta razão, a transição para além do capital e do Estado reside precisamente numa nova ordenação social onde “o trabalho vivo passa à condição de regente do trabalho morto”. As formações pós-capitalistas buscaram desenvolver uma forma social solidária e não-competitiva a fim de atender as múltiplas necessidades do conjunto dos trabalhadores. Mas, sem os pressupostos práticos atendidos, sem a *revolução mundial*, viram-se incapacitadas de superar este poder coisal, instaurando-se um novo *estranhamento*: “o reino do capital na ausência social do mercado”. Nesta particularidade concreta, as condições do comunismo não podem se realizar. O trabalhador que deveria ser uma individualidade livre na comunidade

liberta, apropriador de sua generidade social, num processo permanente de autoconstrução humana, se vê na condição de trabalhar para garantir o mínimo necessário à sua sobrevivência, coagido por forças extra-econômicas. Constitui-se, nos termos chasinianos, um universo do capital sem mercado, formando-se um processo de acumulação industrial sob gestão político-estatal-partidária.

Segundo Chasin, é precisamente nesta apropriação do trabalho morto que o monstro político é gerado. Não o inverso, como muitos tentaram explicar o fenômeno, pelo conceito de “totalitarismo” ou pelo “simbólico”. Do baixo padrão do sistema produtivo — que produz o capital estagnante —, “o que resulta e se manifesta é a liberdade irresponsável da iliberdade” do trabalho em face da autoconstrução humana. Os produtores diretos são impedidos, objetivamente, de exercerem a responsabilidade social por meio da

autodeterminação do trabalho. “Não se verifica, nem poderia se verificar”, enfatiza Chasin, “o trânsito para a regência do trabalho vivo... Razão pela qual reproduz, em graus distintos, a miséria física e espiritual, desnaturando, tal como no capitalismo, a atividade humana fundamental — a construção do próprio homem”.

*

Imbuído de honestidade pessoal básica, Chasin visava batalhar, desde já, pela autoconstrução humana e a permanente resistência aos estranhamentos e manipulações, voltando-se quotidianamente à formação de individualidades conscientes da barbárie do capital. Intelectual íntegro e rigoroso, empreendedor e generoso, autêntica personalidade consequente, a ele certamente caberia com precisão a síntese lukacsiana contra o pensamento de Heidegger: “Só uma vida provida de sentido pode terminar com uma morte provida de sentido”.

Em memória de Maurício Tragtenberg: a perda de um *intelectual herético**

Ricardo Antunes**

Em novembro passado faleceu Maurício Tragtenberg. A universidade, as ciências sociais, a pedagogia, o pensamento social, os estudantes, os trabalhadores, perderam um de seus intelectuais mais vigorosos. Neto de imigrantes camponeses, judeus-russos, nascido em Erebango (hoje Getúlio Vargas) no Rio

Grande do Sul, Maurício Tragtenberg tornou-se um dos mais criativos intelectuais brasileiros da geração que produziu a partir dos anos 60.

Autodidata, espírito avesso às artimanhas burocrático-acadêmicas, Maurício Tragtenberg foi responsável por uma das mais instigantes e agudas críticas

* Este artigo é uma versão *bastante ampliada* daquele publicado na *Folha de S. Paulo*, “Tendências & debates”, em 14/1/99.

** Professor do Departamento de Sociologia da Unicamp.

contemporâneas, feitas no Brasil, à burocracia. Toda sua formação básica deu-se fora do ensino formal, tendo freqüentado por pouco tempo o ensino básico. Mas desde cedo, fora um leitor e verdadeiro devorador de livros, que eram lidos e assimilados por Maurício nos estudos feitos na comunidade camponesa onde nasceu. Foi mais tarde, na Biblioteca Municipal de São Paulo, que aprofundou seus estudos e veio a conhecer vários colegas universitários, onde encontrou apoio e incentivo para ingressar na universidade.

Seu primeiro livro *Planificação: desafio do século XX* (Ed. Senzala), apresentado como monografia para o ingresso na graduação da USP (uma vez que ele não tinha a escolaridade formal necessária para tanto), sistematizava essa sua primeira fase de leituras e fazia aflorar aquele que se consolidaria como seu *método* de pesquisa e seu *estilo*: navegar com desenvoltura pelo pensamento clássico moderno, com amplo domínio da história e procurando sempre entender alguns dos desafios mais candentes da contemporaneidade. Nesse livro de juventude, pré-universitário, tematizou acerca dos mecanismos socioeconômicos do planejamento e da planificação, “antes como categoria *histórica*, do que categoria *lógica* propriamente falando”. Maurício Tragtenberg discorria (livremente) sobre o espírito burguês na França, o espírito puritano na Inglaterra, a via norte-americana, a herança bizantina na formação do Estado russo, os dilemas da Revolução Russa, as inter-relações entre Ocidente e União Soviética, entre outras questões.

Antonio Candido, ao apresentar aquele livro, fez a seguinte síntese: “Com honestidade e heterodoxia, longe de dogmas e preconceitos, o autor circula

entre fatos históricos, sociais e econômicos com uma formosa liberdade, manifestando a cada instante uma equação pessoal que não se quer omitir e que atua como presença fecundante.” Livro primeiro que anunciava uma produção que se ampliaria e se diversificaria até sua triste morte, em 1998.

No seu clássico *Burocracia e ideologia* (Ed. Ática), seu trabalho de maior fôlego, apresentado como tese de doutorado na USP, ofereceu um abrangente desenho histórico-crítico da dominação burocrática. Aqui, respaldado nos clássicos, particularmente em Weber, Marx e Hegel, fez uma abrangente análise crítica da burocracia, desde sua aparição no modo de produção asiático da China, Índia e Egito, até as corporações capitalistas modernas, bem como sua vigência na sociedade soviética, onde na forma de um “*coletivismo burocrático*, a burocracia detém coletivamente a propriedade dos meios de produção e o monopólio do poder político. O proletariado não participa da direção da produção, está relegado às funções de pura execução”. Apesar de sua forte ancoragem em Weber, mostrou como o “*modelo weberiano*, para qual a burocracia se esgota como *organização formal*, não explica situações em que a burocracia *não* é agente dos detentores do poder econômico — como no capitalismo clássico — mas definida como um poder econômico e politicamente dominante”. A crítica ampla a Henry Ford, Taylor, Elton Mayo, bem como ao *chão histórico-social* que as gerou, é outro traço marcante do livro.

A questão da burocracia, da administração, do poder, das formas de opressão e dominação foi o verdadeiro *leitmotif* da reflexão de Tragtenberg: “(...) a essência da grande corporação moderna, criação do

capitalismo norte-americano, consiste em manter e reproduzir as relações de produção capitalistas, onde os gerentes asseguram a harmonia entre capitalistas, acionistas, fornecedores, operários e técnicos que nela trabalham”. (*Administração, poder e ideologia*, Ed. Moraes).

Suas aulas na FGV eram sempre das mais concorridas. O aluno sabia que iria postar-se à frente a um espírito singular, demolidor das iniquidades, das hierarquias, das dominações do capital, mas também frente a um crítico arguto do stalinismo, das aberrações cometidas *em nome do socialismo*, das formas da dominação exercidas *em nome (e contra)* os trabalhadores.

Depois de curtíssima passagem pelo PCB (onde, segundo relata Tragtenberg, “vigorava em seus estatutos o infamante artigo 13 que rezava: ‘É proibido ao militante (do PCB) ter contato direto ou indireto com trotskistas ou outros inimigos da classe operária’”, *Folha de S. Paulo*, 2/11/82), sua atuação política esteve durante muito tempo próxima de Hermínio Sacchetta, jornalista que fez escola na imprensa brasileira. Como disse Tragtenberg: “Sob influxo do ‘Velho’, líamos e fazíamos a crítica dos clássicos do bolchevismo, sem perder de vista que a realização de um projeto socialista não passa pela mera substituição de homens no poder do Estado, mas na ruptura com as formas de exploração e dominação existentes”. (*Idem*). E foi nesse universo que sua crítica societal e sua relativa recusa da *política institucionalizada* cada vez mais se aproximava do ideário anarquista. Porém, aqui também Maurício era desconcertantemente heterodoxo.

Num instigante ensaio sobre as relações entre Marx e Bakunin, disse Maurício Tragtenberg: “(...) enquanto Marx estru-

turava uma obra crítica à economia capitalista em *O Capital*, não se encontrava na obra de Bakunin algo parecido, nem no conjunto das obras dos chamados ‘libertários’ que se opõem aos chamados autoritários”, como Rocker, Kropotkine ou Broockin”. Maurício Tragtenberg mostrava que a “estrutura centralizadora, autoritária e jacobina” estava presente na formulação de Bakunin e não naquela formulada por Marx. (“Marx/Bakunin” em *Marx hoje*, Ed. Ensaio)

Maurício Tragtenberg foi um intelectual *herético*. Foi, ao mesmo tempo, fortemente influenciado por Marx, Weber, pelos anarquistas e também por Trotski. Disso resultou um autor criativo e agudamente crítico da sociabilidade contemporânea, agudamente anticapitalista e contrário às formas de opressão antioperária. Ele atava vivamente sua reflexão teórica ao solo societal brasileiro marcado por iniquidades que até hoje se prolongam. Fizeram história alguns de seus artigos, publicados em “Tendências & debates” desta *Folha*, em que Maquiavel, Weber apareciam “respondendo” questões sobre a particularidade brasileira, como se Maurício fosse um repórter entrevistando os clássicos redivivos. Combinando erudição, perspicácia sobre a política brasileira e sempre uma fina ironia, oferecia aos leitores elementos da crítica dos clássicos, remontando entrevistas que eram peças jornalísticas saborosas. Também nestes artigos de imprensa, foi pioneiro, entre nós, na crítica ao toyotismo, antes que esse ideário e essa pragmática se tornassem lugar comum na empresa moderna e viessem a substituir e/ou mesclar-se ao taylorismo, ao fordismo e à Escola de Relações Humanas de Elton Mayo.

Tivemos o privilégio de dividir, Afrânio Mendes Catani e eu, uma sala

docente junto com Maurício Tragtenberg, na FGV-SP, na segunda metade dos anos 70. Em sua mesa de trabalho existia uma máquina de escrever tipo Remington, bastante antiga, que teclava compulsivamente, sempre com um cigarro do lado esquerdo da boca. Ele tinha uma enorme capacidade de escrever, conversar e fumar, simultaneamente. Dessa Remington saíram artigos dos mais críticos à ordem dominante, para quem conhecia a administração e a lógica do capital, trabalhando na Escola que mais qualificações e atributos tinha nestes quesitos (e que, diga-se de passagem, era então generosa no acolhimento daqueles que, como Maurício, entendiam a ciência com os olhos no mundo do trabalho). Sua

coluna sindical no jornal *Notícias Populares* era uma incansável tribuna de defesa dos trabalhadores, a que Maurício dava sempre vez e voz.

Da FGV à PUC, passando pela Unicamp (e anteriormente ainda pela Faculdade de Filosofia de Rio Preto, de onde fora demitido depois do Golpe Militar de 64), muitos foram os alunos e colegas que aprenderam com Tragtenberg. Sua maior lição talvez seja ter combinado erudição e simplicidade, reconhecimento acadêmico e espírito crítico. Mas foi antes de tudo um exemplo de enorme, de incomensurável generosidade, capaz de dar espaço e voz àqueles que tinham dificuldade de encontrá-la e expressá-la. Todos sentiremos muito a falta de Maurício Tragtenberg.

Normas para colaborações

I. *Crítica Marxista* aceita artigos e resenhas bibliográficas. Todas as colaborações recebidas, não solicitadas, serão analisadas pelo Comitê Editorial, a quem cabe a decisão sobre sua publicação;

II. Os artigos e resenhas devem ser digitados em disquete e acompanhados por duas cópias impressas, idênticas ao original; os artigos não deverão exceder 40 mil toques incluídas as notas de rodapé. As resenhas não deverão exceder 8 mil toques.

III. As referências bibliográficas completas devem ser feitas em notas de rodapé. As seguintes normas devem ser obedecidas:

a) *Livros:*

Nome do autor, *título em itálico*. Número da edição (caso não seja a primeira). Local da publicação, nome da editora. Ano da publicação. Como no exemplo:

Florestan Fernandes, *Em busca do socialismo — últimos escritos & outros textos*. São Paulo, Xamã Editora. 1995.

b) *Artigos:*

1. *Em coletânea:* Nome do autor do artigo, título do capítulo (entre aspas). *In:* Nome do(s) organizadores(es), *título da coletânea em itálico*. Número da edição (caso não seja a primeira). Local da publicação, nome da editora. Ano da publicação. Como no exemplo:

Jacob Gorender, “Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro”. *In:* João Pedro Stédile (org.), *A questão agrária hoje*. 2ª ed. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS. 1994.

2. *Em periódicos:* Nome do autor, título do artigo (entre aspas). *Nome do periódico em itálico*, local da publicação, editora, número do periódico. Ano da publicação. Como no exemplo:

Frederic Jameson, “Reificação e utopia na cultura de massa”. *Crítica Marxista*, São Paulo, Editora Brasiliense, nº 1. 1994.

I COLÓQUIO MARX E ENGELS

Inscrição para apresentação de trabalhos

O Centro de Estudos Marxistas (Cemarx), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, está organizando o I COLÓQUIO MARX E ENGELS com o objetivo de contribuir para o conhecimento e a discussão da teoria marxista. O evento será realizado de 16 a 19 de novembro do corrente ano nas dependências do IFCH/Unicamp.

O colóquio terá dois tipos de atividades. As *mesas-redondas*, compostas por palestrantes convidados pela comissão organizadora, e as *sessões de comunicações*, que estarão abertas à participação de professores, estudantes de pós-graduação e pesquisadores do marxismo de todo o Brasil.

O tema geral deste primeiro colóquio será a discussão de alguns aspectos da produção teórica de Marx. As mesas-redondas versarão sobre os seguintes subtemas: a) Obra de juventude e obra de maturidade de Marx: continuidade ou ruptura; b) As obras de Marx e de Engels: unidade ou heterogeneidade teórica; c) A crítica da Economia política: teoria e atualidade; d) Lukács, Gramsci, Althusser e Thompson diante de Marx. As sessões de comunicações terão um temário mais aberto. As comunicações propostas poderão versar sobre os mais diferentes aspectos das obras de Marx e de Engels, suas teses, seus problemas e interpretações.

As inscrições para as sessões de comunicações deverão ser enviadas, por correio, até o dia 14 de agosto próximo para o Cemarx. A notificação da aceitação do trabalho será enviada pelo Cemarx ao proponente até o dia 31 desse mês. O trabalho proposto deverá ter de três a cinco páginas (de trinta linhas) e ser enviado em disquete (com uma cópia impressa). No texto deverão constar o título, nome do autor, vínculo acadêmico (caso houver) e a condição do proponente (pós-graduando, professor, pesquisador etc.). O corpo do texto deve definir o tema da comunicação, apresentar, eventualmente, as polêmicas que tal tema comporta e sintetizar as idéias principais que serão desenvolvidas na comunicação.

Inscrições

Centro de Estudos Marxistas
IFCH-Unicamp Caixa Postal 6110
13083-970 Campinas SP

Informações

Secretaria de Eventos
IFCH - Unicamp
Tel. (019) 788-1601



Impresso por
Xamã VM Editora e Gráfica Ltda
Rua Loefgreen, 943 - V. Mariana - SP
CEP 04040-030 Tel.: (011) 575-9075
e-mail: xamaed@uol.com.br